



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria de Planejamento e Projetos

PROJETO BÁSICO

Imóvel: Unidade de Pronto Atendimento- UPA de JACONÉ

Endereço: Rua 96 esquina com 19 – Bairro de Jacaré

Município: Saquarema

Código do Imóvel: 58.409.001

**Proposta: P094/2022 – SISTEMA PLENO, e
D094/2022 – SISTEMA DESONERADO**

**Orçamento: P094.001 a P094.004/22 – SISTEMA PLENO, e
D094.001 a D094.004/22 – SISTEMA DESONERADO**

Orçamentista: WALISON FRANCISCO GOMES DE ALMEIDA - ID 5.086.021-6

Natureza dos Serviços: CONSTRUÇÃO

1. INTRODUÇÃO :

O presente PROJETO BÁSICO tem por objetivo estabelecer o escopo, as diretrizes, as especificações técnicas e os padrões exigidos para a contratação a ser realizada pela Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP-RJ, para a execução da construção da **Unidade de Pronto Atendimento – UPA de JACONÉ**, localizada na Rua 96 esquina com 19, no bairro Jacaré no município de Saquarema .

1.1 REGIME DE CONTRATAÇÃO :

Poderá ser adotado o **Regime de Contratação Semi Integrada**, compatível com o grau de detalhamento de elementos necessários a execução do objeto, condicionando o pagamento apenas pelos serviços efetivamente executados.

1.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

O Critério de julgamento das propostas a ser adotado é o de menor preço, pois proporciona o menor dispêndio para o cliente, atendendo aos parâmetros mínimos de qualidade e segurança, bem como os prazos definidos nesta proposta.

2. OBJETO:

O objeto do presente PROJETO BÁSICO é a contratação de empresa especializada no ramo de Engenharia, para a construção da **Unidade de Pronto Atendimento – UPA de JACONÉ - Saquarema**, atendendo as Normas Técnicas vigentes.

3. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL:

A proposta em questão visa a construção de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) no Distrito de Jaconé sob a administração da Prefeitura de Saquarema - RJ.

O terreno possui uma área aproximada de 2.675,17m² e suas condições são planas, com alguns pontos abaixo do nível do greide das ruas do entorno.

A edificação, de pavimento único, possui área total construída de 1.325,26m² e visa atender a demanda de saúde de média complexidade da região com uma rede organizada em conjunto à atenção básica e hospitalar.

O programa da área hospitalar contém uma sala de atendimento de urgência (41,58m²) com acesso direto para a garagem de ambulância, assim como as salas de observação coletiva adulto (69,29m²) e infantil (37,30m²). Nessa área ainda se encontram dois quartos individuais com banheiros próprios (quartos com 12,80m²/cada e banheiros com 4,68m²/cada), sala de utilidades com área para descontaminação, necrotério, guarda macas e a parte técnica com área para geradores, central de gases e abrigo de resíduos.

O apoio para essas áreas de atendimento possui: sala de coleta, sala de inalação, aplicação de medicamentos, sala de sutura, gesso, raio x, DML, lavagem/descontaminação, guarda chapa e expurgo.

O atendimento Ambulatorial possui uma recepção de 152,78m² e 4 consultórios médicos. O apoio conta com sala de classificação de risco, sala do assistente social, laboratório, guarda de material esterilizado, distribuição/farmácia juntamente com seu CAF (Centro de Abastecimento de Farmácia) e sala de eletrocardiograma.

Quanto a Área Administrativa, há uma sala própria de 15,09m², duas salas de reunião, duas acomodações para plantonistas (masculino e feminino), dois sanitários/vestiários para funcionários (masculino e feminino), copa, refeitório e almoxarifado.

A área técnica dispõe de casa de máquinas, reservatório de água, geradores e central de gases.

Toda a edificação atende a NBR-9050 com rampas, piso tátil direcional, piso tátil de alerta e balcão ergonômico para PNE.

4. JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO:

O Estado do Rio de Janeiro em parceria com o município de Saquarema visando o melhor atendimento de saúde para a população local desenvolveu o projeto da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), no Bairro de Jaconé nesse município.

5. ESCOPO DOS SERVIÇOS:

Estão descritos nos orçamentos P094/2022 – Sistema Pleno e D094/2022 – Sistema Desonerado, os Projetos e nos Relatórios o Escopo dos Serviços. Segue abaixo a descrição dos serviços que envolvem a

construção em questão:

ARQUITETURA

Área total construída: 1.361,04m²

A edificação será em alvenaria de tijolo e sua fachada revestida com cerâmica 10x10cm em meia parede (até 1,68m) na cor verde bandeira e logo após, pintura na cor branco neve.

O telhado será de telha cerâmica esmaltada.

As janelas serão em alumínio branco e portas em madeira maciça. Algumas dessas portas receberão veneziana com pintura em esmalte sintético branco.

A Área Externa recebe um estacionamento de 268,66m² com 5 vagas para funcionários, área técnica contendo reservatório de água e casa de máquinas além de paisagismo no entorno da edificação. A pavimentação externa é caracterizada por piso intertravado cinza 612,05m² e piso intertravado vermelho com total de 88,41m² delimitando caminhos e jardins. Os jardins receberão grama natural totalizando 309,61m² além de plantas rasteiras e de médio porte.

O acesso à edificação se dá pela Rua 96 e o estacionamento pela Rua 95.

5.1.1- PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA – DEPPRO

1. UPA JACONÉ_05.07.2022-SITUAÇÃO;
2. UPA JACONÉ_05.07.2022-IMPLANTAÇÃO;
3. UPA JACONÉ_05.07.2022-PLANTA BAIXA;
4. UPA JACONÉ_05.07.2022-CORTES E FACHADAS;
5. UPA JACONÉ_05.07.2022- PISO TÁTIL;
6. UPA JACONÉ_05.07.2022-DETALHAMENTO BALCÃO.

5.1.2- PLANTAS NECESSÁRIAS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ARQUITETURA (CONTRATADO):

- Planta Baixa (COM AS BUILT);
- 2 Fachadas (COM AS BUILT);
- 2 Cortes (COM AS BUILT) – Longitudinal e Transversal;
- Planta de Paginação de Piso dos cômodos com piso cerâmico;
- Vistas ampliadas dos Banheiros, com especificações dos materiais e cotadas;
- Planta do madeiramento dos telhados e coberturas;
- Planta de mapa de esquadrias de todas as portas e janelas, com as especificações dos materiais na Planta Baixa e medidas (largura, comprimento e peitoril);
- Planta de Detalhes para um bom entendimento para execução da obra.

5.2- INSTALAÇÕES:

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS:

O fornecimento de energia será em média tensão subestação simplificada com transformador de 300 kVA 220/127V, fixada em poste que irá alimentar quadro de transferência automática (QTA), gerador de 300kva e no break de 300kva e quadro de distribuição geral de BT (QDG) instalados na sala dos geradores.

Do QDG, partirão conjuntos de cabos 0,6/1kv em eletrodutos enterrados distribuídos em caixas de passagem que irão alimentar os quadros parciais de distribuição QDL.01, QDL.02, QDF.01, QDF.02, QAC.01 E QAC.02.

INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS:

Sistema de Água Fria abastecido pela rede pública e dividido em reservatório inferior e superior. Sendo o Superior composto por 4 reservatórios com capacidade de 2.000L cada.

INSTALAÇÕES SANITÁRIAS:

Sistema de Tratamento de Esgoto Sanitário composto por ETE de volume igual a 17m³/dia e posterior direcionamento a rede pública.

INSTALAÇÕES PLUVIAIS:

Sistema de Captação Pluvial através de calhas com Reservatório de Retardo e Reuso. O reuso dá-se em torneiras de jardim. O desague vai para a rede pública.

INSTALAÇÕES DE COMBATE AO INCÊNDIO:

Composto por sistema pressurizado de hidrantes, com RTI ao nível do solo e capacidade de 6.000L, assim como disposição de extintores, placas de sinalização e sistema de alarme e detecção e iluminação de emergência.

5.2.1- PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE INSTALAÇÕES (DEPINS)

1. UPA JACONÉ_08.07.2022-EL.01/06-ILUMINAÇÃO EXTERNA E DISTRIBUIÇÃO;
2. UPA JACONÉ_08.07.2022-EL.02/06-ILUMINAÇÃO INTERNA;
3. UPA JACONÉ_08.07.2022-EL.03/06-PONTOS E TOMADAS;
4. UPA JACONÉ_08.07.2022-EL.04/06-DIAGRAMA UNIFILAR;
5. UPA JACONÉ_08.07.2022- EL.05/06-QUADROS DE CARGAS;
6. UPA JACONÉ_08.07.2022-EL.06/06-SUBESTAÇÃO SIMPLIFICADA E GERADOR.

01-UPA JACONÉ_18.07.2022-HID.PLANTA BAIXA;

02-UPA JACONÉ_18.07.2022-HID.DETALHES;

03-UPA JACONÉ_18.07.2022-HID.DETALHES.

01-UPA JACONÉ_18.07.2022-ESG.PLANTA BAIXA;

02-UPA JACONÉ_18.07.2022-ESG.DETALHES;

03-UPA JACONÉ_18.07.2022-ESG.COBERTURA.

01-UPA JACONÉ_18.07.2022-AP.PLANTA BAIXA;

02-UPA JACONÉ_18.07.2022-AP.DETALHES.

01-UPA JACONÉ_18.07.2022-INC.PLANTA BAIXA

5.2.2- PLANTAS NECESSÁRIAS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE INSTALAÇÕES (CONTRATADO):

Projeto elétrico:

- Cálculo Luminotécnico;
- Planta Baixa com pontos de luz e tomadas, ponto de força com circuitação;
- Plantas Baixas com pontos de alarmes e sonorização
- Quadros de Carga;
- Diagrama Unifilar;
- Quadro de Demandas;
- Detalhes.

Projeto Hidrossanitário:

- Planta Baixa com pontos de água e coluna;
- Esquema Vertical;
- Perspectiva Isométrico;
- Memória de Cálculo;
- Planta Baixa de Drenagem apresentando as cotas de entrada e saída das caixas;
- Planta Baixa da Estação de Tratamento de Efluentes;
- Planta Baixa de Esgotamento Sanitário apresentando as cotas de entrada e saída das caixas;
- Cálculos de Vazões;
- Detalhes.

Projeto Incêndio:

- Planta com posição dos hidrantes e extintores;
- Comunicação Visual apresentando placas de identificação e saídas de emergências;
- Perspectivas Isométricas;
- Detalhes.

Projeto de Climatização:

- Planta Baixa com dutos, grelhas e difusores
- Sistema de Exaustão Mecânica
- Memória de Cálculo;
- Detalhes.

Projeto de Gases Medicinais:

- Planta Baixa com os pontos de gases medicinais;
- Memória de Cálculo;
- Detalhes.

Projeto de Telemática e CFTV:

- Planta Baixa com os pontos Telefonia, Lógica e Câmeras de TV;
- Detalhes.

5.3- ESTRUTURA

- A Estrutura será em concreto armado com FCK de 30 Mpa e as fundações em radier;
- Os Projetos Executivos de Estrutura, inclusive a Memória de Cálculo Estrutural deverá ser aprovada pelo Departamento de Estrutura – EMOP/DEPES;
- Os Projetos Executivos de Estrutura e/ou de Fundações deverão ser apresentados com desenhos em formato A1 ou A1 estendido (mais um módulo) plotados e em meio digital (PDF), constando de todos os detalhes necessários à execução da Estrutura e/ ou Fundações;
- Nas memórias deverão ser apresentadas todas as informações necessárias e suficientes para uma verificação detalhada de quaisquer componentes da estrutura, ressaltando:

A- Carregamento a serem adotados compatíveis com as utilizações respeitando dispositivos das Normas da ABNT;

B- Representação gráfica da Topologia Estrutural adotada, de forma legível, indicando as informações essenciais à boa compreensão da estrutura a ser analisada;

C- Listagem com as entradas de todas as informações pertinentes a estrutura, aos carregamentos e efeitos indiretos que a estrutura estará submetida ao longo de sua vida útil, incluindo suas combinações para efeitos de dimensionamento;

D- Resultados das análises.

- Estática (incluindo deformações) para os carregamentos pré-estabelecidos e deformações impostas e/ou diferidas.
- Dinâmica quando necessário, justificando previamente o tipo de análise adotada.
- Resultados dos dimensionamentos constando dos parâmetros de cálculos utilizados e das seções necessárias a absorção das solicitações de cálculo.
- Memória de cálculo de quantidades de todos os materiais a serem utilizados na construção e fundações projetadas.

5.3.1- PROJETOS ELABORADOS PELO DEPARTAMENTO DE ESTRUTURA (DEPES)

1. UPA JACONÉ –LOCAÇÃO DOS EIXOS
2. UPA JACONÉ – LOCAÇÃO DOS EIXOS -COBERTURA
3. UPA JACONÉ- CORTES;

4. UPA JACONÉ- ARMAÇÃO POSITIVA RADIER;
5. UPA JACONÉ- ARMAÇÃO NEGATIVA RADIER;
6. UPA JACONÉ- FORMA E ARMAÇÃO DO PISO;
7. UPA JACONÉ- ARMAÇÃO POSITIVA LAJE PISO;
8. UPA JACONÉ- ARMAÇÃO NEGATIVA LAJE DO PISO;
9. UPA JACONÉ- FORMA E ARMAÇÃO DA COBERTURA;
10. UPA JACONÉ- ARMAÇÃO POSITIVA LAJE DA COBERTURA;
11. UPA JACONÉ- ARMAÇÃO NEGATIVA DA LAJE DE COBERTURA;
12. UPA JACONÉ- FORMA DA FUNDAÇÃO
13. UPA JACONE- FORMA E ARMAÇÃO DA CISTERNA..

5.3.2- PLANTAS NECESSÁRIAS PARA APROVAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO DE ESTRUTURA (CONTRATADO):

Projeto para Estruturas e Fundações:

- Locação e Cargas nas Fundações;
- Forma das fundações Forma do cintamento (ou piso armado);
- Forma do(s) teto(s) quantas necessárias;
- Forma da cobertura;
- Cortes gerais;
- Armação das fundações (Quantas necessárias);
- Armação positiva das lajes do piso armado;
- Armação negativa das lajes do piso armado;
- Armação das vigas do cintamento (ou piso armado) ...quantas necessárias;
- Armação dos arranques dos pilares;
- Armação positiva das lajes do(s) teto(s) (Quantas necessárias);
- Armação negativa das lajes do(s) teto(s) (Quantas necessárias);
- Armação das vigas do(s) teto(s) (Quantas necessárias);
- Armação dos pilares do(s) teto(s) (Quantas necessárias);
- Armação positiva das lajes da cobertura;
- Armação negativa das lajes da cobertura;
- Armação das vigas da cobertura (Quantas necessárias);
- Armação dos pilares da cobertura (Quantas necessárias).

6. SERVIÇOS PRELIMINARES:

A obra deverá ser sinalizada com a placa de identificação de obra pública, onde a mesma deverá ser fornecida com suportes de madeira e posicionada para identificação da obra em execução.

As Leis, Normas, Atos e demais documentos a seguir relacionados deverão ser rigorosamente observados, sem prejuízo de outros ordenamentos da legislação nacional.

- Lei Federal Nº13.303/16 de 30 de junho de 2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Decreto Nº46.188 de 06 de dezembro de 2017 - Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a Lei nº13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias.
- Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa de Obras Públicas do Estado do Riode Janeiro – EMOP, de 02 de outubro de 2018.
- Decreto Nº46.642 de 17 de abril de 2019 - Regulamenta a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

Observações:

A etapa do Projeto Executivo consiste na representação completa do projeto básico, que deverá conter de forma clara e precisa todos os detalhes construtivos e indicações necessárias à perfeita interpretação dos elementos para execução dos serviços e obras.

Os projetos executivos previstos nos orçamentos P094.002/22 (Sistema pleno) e D094.002/22 (Sistema Desonerado) deverão ser elaborados pela firma contratada para execução da obra, de acordo com as concepções adotadas no projeto básico e submetidos a aprovação da Coordenadoria de Projetos-EMOP/COOPRO e obtenção de licenciamento dos órgãos competentes na esfera Municipal, Estadual e Federal.

Caso houver necessidade de alterar a concepção do projeto básico, em função das condições locais, somente poderá ser validada após análise da justificativa técnica e autorização expressa do Presidente da EMOP, conforme Portaria EMOP/PRESI nº 44/2013.

Os projetos executivos deverão ser desenvolvidos segundo os preceitos das Normas da ABNT vigentes.

A medição dos itens constantes nos orçamentos P094.004/22 e D094.004/22 (Encargos Complementares), referindo-se, respectivamente aos sistemas pleno e desonerado, deverá ter seus quantitativos determinados após apropriação e comprovação da mão de obra empregada na execução dos serviços.

O item de “Administração local” previsto no código 01.090.0676-6 do orçamento P094.001/22 (Sistema Pleno) e no código 01.090.0676-G do orçamento D094.001/22 (sistema desonerado) será pago com a quantidade que expressar o percentual mensal de serviços executados, que poderá ser consultado no orçamento nº 4127.001/22 (sistema pleno) e orçamento nº 3127.001/22 (sistema desonerado).

7. CRONOGRAMA PRAZO DE EXECUÇÃO:

Os serviços constantes do presente Projeto Básico deverão ser executados no prazo de 360 dias a partir da emissão do respectivo Memorando de Início, respeitando-se o cronograma físico-financeiro.

8. MÊS DE REFERÊNCIA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA:

A Planilha Orçamentária a que se refere o presente Projeto Básico tem como data base o mês de Junho de 2022.

9. REAJUSTAMENTO:

Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data base da assinatura do Contrato, poderá a Contratada fazer jus a atualização (reajustamento) dos serviços ainda não pagos.

Essa atualização será realizada através do índice geral da construção civil, código 05.100 constante no Boletim Mensal de Custos da EMOP, de acordo com a fórmula a seguir:

$$PR = (I / I_0) \times P_0$$

Onde:

PR = Preço Unitário após o reajustamento estabelecido.

I₀ = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (índice geral da Construção Civil) relativo ao mês da apresentação da proposta da contratada.

I = Índice constante do Boletim de Custo Mensal da EMOP, código 05.100 (Índice Geral da Construção Civil) relativo ao mês correspondente a um ou mais períodos de 12 (doze) meses, após a data da assinatura do contrato.

Po = Valor unitário constante da Planilha Orçamentária, apresentada pela firma Licitante.

Observação:

A prorrogação de prazos a pedido da CONTRATADA, e sem culpa ou responsabilidade por parte da CONTRATANTE, não enseja reajuste ou correção.

10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO:

A medição será executada mensalmente, após a aferição da realização das etapas e serviços.

O Cronograma de desembolso e os prazos de execução serão estabelecidos no instrumento contratual.

Somente poderão ser considerados para efeito de pagamento os serviços efetivamente executados pela Contratada, em conformidade com o presente Projeto Básico.

A Contratante só deverá efetuar os pagamentos das faturas emitidas pela Contratada com base nos serviços aprovados pela Equipe de Fiscalização, obedecidas às condições estabelecidas no presente Projeto Básico.

Os pagamentos das faturas estão condicionados à análise e aprovação pela Fiscalização dos produtos apresentados.

11. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA:

Cabe ao proponente estabelecer o percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos para a obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo.

O percentual de BDI apresentado pelos licitantes devem apresentar 2 (duas) casas decimais, tendo em vista uma desejável precisão dos preços oferecidos.

12. FISCALIZAÇÃO:

A Fiscalização deverá tomar as providências para que a CONTRATADA cumpra todas as suas obrigações.

No Livro de Ordem de Obras e Serviços, fornecido pela contratada, e mantido no local dos serviços, a Fiscalização deverá anotar:

1. O atestado da veracidade dos registros efetuados pela CONTRATADA;
2. O juízo formado sobre o andamento da obra, tendo em vista os projetos, especificações, prazos e cronogramas;
3. As observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA;
4. As respostas às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA;
5. As restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
6. A determinação de providências para o cumprimento do projeto e especificações;
7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente aos trabalhos de fiscalização;
8. Ao final da obra, o Livro de Ordem de Obras e Serviços referido será de propriedade do CONTRATANTE.

A fiscalização deverá executar mensalmente a medição dos serviços, baseada no relatório apresentado pela CONTRATADA.

13. GARANTIA:

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, na data da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5,00% (cinco por cento), a ser prestada em qualquer das modalidades previstas no artigo 70 da Lei Nº13.303/2016.

14. SUBCONTRATAÇÃO:

É permitida a subcontratação de serviços : elaboração de projeto executivo, execução de estaca raiz, instalações do sistema de ar condicionado, instalações do sistema de ar comprimido, de vácuo e de gases medicinais e instalação da estação tratamento de esgoto- ETE.

15. ADMISSÃO DE CONSÓRCIO:

Considerando a natureza dos serviços que não apresenta complexidade, fica VEDADA a admissão de consórcio.

16. CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL:

A CONTRATADA deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) de ter realizado:

- Construção em edificação com as características semelhantes ao objeto da licitação, com área de construção mínima de 680,00m².

As quantidades acima constituem-se limites mínimos, correspondentes a 50% dos quantitativos dos itens de maior relevância técnica ou economicamente relevantes, em conformidade com o previsto no Item II do Art. 58 da Lei 13.303/2006 e em alinhamento com o Acórdão 1771/2007 do TCU.

17. QUADRO DE INSTALAÇÕES/APARELHAMENTO/PESSOAL TÉCNICO:

A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão-de-obra, equipamentos, para execução dos serviços especificados, estendidas também a atividades complementares, não indicadas neste PROJETO BÁSICO e que poderão ser autorizadas pela FISCALIZAÇÃO.

As obras objeto deste PROJETO BÁSICO serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica de um (01) Engenheiro(a) ou Arquiteto(a), que estará à frente, primando pela qualidade e a boa técnica dos serviços, estando autorizado(a) a representar a CONTRATADA em suas relações com o CONTRATANTE.

A CONTRATADA se obriga a manter o profissional acima indicado como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local das obras até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

18. SUSTENTABILIDADE NA FORMA DO DECRETO ESTADUAL Nº 43.629/2012:

A título exemplificativo, o decreto em comento arrola os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental os quais recomenda a sua implementação para cumprimento das boas práticas:

- (i) economia no consumo de água e energia;
- (ii) minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem produzidos;
- (iii) racionalização no uso de matérias-primas;
- (iv) redução da emissão de poluentes;
- (v) adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;
- (vi) implementação de medidas para reduzir os gases estufa;
- (vii) utilização de produtos de baixa toxicidade;
- (viii) utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada.

Vale frisar que uma contratação sustentável não pode, ao revés, se afastar dos critérios objetivos na descrição do objeto licitado e de julgamento, a fim de não violar a isonomia entre os licitantes e a competitividade.

18.1. LICENCIAMENTO AMBIENTAL:

- A PREFEITURA deverá providenciar o licenciamento ambiental, caso necessário.

19. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- I. realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas no contrato;
- II. fornecer à CONTRATADA os documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- III. exercer a gestão e a fiscalização do contrato;
- IV. receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas:
 1. O objeto do presente contrato será recebido provisoriamente, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, após parecer circunstanciado de comissão ou de membro designado pelo CONTRATANTE, com a aprovação, pelo Fiscal e pelos Gestor do contrato, dos desenhos as built, que deverão ser entregues em original, no formato e apresentação definidos pelo CONTRATANTE, sem qualquer ônus adicional para este.
 2. O objeto do presente contrato será recebido definitivamente, em prazo não superior a 90 (noventa) dias, após parecer circunstanciado da Comissão depois de decorrido o prazo de observação e de vistoria que comprove o exato cumprimento dos termos contratuais.
- V. Informar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- VI. Fornecer à CONTRATADA as recomendações e/ou instruções a serem seguidas durante a prestação dos serviços;

- VII. Permitir a entrada dos funcionários da empresa CONTRATADA, devidamente identificados, para realizar os serviços contratados.

20. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- I. Conduzir a execução do contrato de acordo com a legislação vigente;
- II. Atender todas as especificações constantes do edital, de seus anexos e da proposta;
- III. Executar o contrato com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV. manter durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- V. Tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos;
- VI. Se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si e por seus sucessores;
- VII. Iniciar e concluir a obra nos prazos estipulados; prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados na execução do objeto, sempre que a ela imputáveis;
- VIII. Atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE; manter preposto no local da obra, para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços;
- IX. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras, até a sua entrega perfeitamente concluída;
- X. Obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;
- XI. Responsabilizar-se integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução das obras contratadas;
- XII. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade das obras e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações dos Projetos Básico e Executivo, quando houver, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a serem atestadas pelo CONTRATANTE;
- XIII. Responsabilizar-se durante todo o prazo de execução dos serviços pelo cumprimento das Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e demais legislações aplicáveis, com vistas a prevenir acidentes de quaisquer natureza com as máquinas, equipamentos, aparelhagem e empregados, seus ou de terceiros, na execução de obras ou serviços ou em decorrência deles;
- XIV. Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial o Decreto n.º 5.296, de 02/12/2004 e a NBR 9050;
- XV. Manter constante e permanentemente vigilância sobre os serviços e as obras executados, bem como sobre os equipamentos e materiais, cabendo-lhe total responsabilidade por quaisquer perdas e danos, que eventualmente venham a ocorrer até a Aceitação Definitiva das Obras;

- XVI. Não utilizar qualquer tipo de asbesto/amianto no objeto deste contrato ou de qualquer outro produto que contenha essa fibra; na forma do disposto no Decreto Estadual n.º 40.647 de 08/03/2007,
- XVII. Proceder à matrícula da obra junto ao INSS, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do contrato, sendo o cumprimento desta obrigação condição para a liberação dos pagamentos;
- XVIII. Obriga-se a fornecer e instalar, no local de obras, placas indicativas, conforme padrão a ser fornecido pela fiscalização, devendo, no canteiro de obras, prever sala para acomodação da fiscalização do CONTRATANTE,
- XIX. Obriga-se a apresentar no final da obra a CND do INSS relativo à obra;
- XX. Obriga-se a apresentar, a cada 3 (três) meses, prova de que:
1. está pagando os salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
 2. anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos empregados vinculados à obra; e
 3. encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos;
- XXI. Registrar todos os seus empregados, previamente, junto à Fiscalização do CONTRATANTE, através de listagem escrita constando nome completo, número do documento de identidade e profissão/função;
- XXII. Registrar o Contrato e a Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/RJ ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo CAU/RJ, na forma da legislação pertinente, onde se observe a marcação do campo “declaro o cumprimento das normas da ABNT referentes à acessibilidade em atendimento ao parágrafo 1º do art.11 do Decreto nº 5.296/2004”, constante do formulário disponibilizado pelo CREA-RJ;
- XXIII. Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/1991; em consonância com a Lei Estadual nº 7.258/2016
- XXIV. Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública; caso a contratada ainda não tenha o Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantá-lo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753, de 17/10/2017.
- XXV. É de total responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas ambientais vigentes para a execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO, no que diz respeito à poluição ambiental e destinação de resíduos. A CONTRATADA deverá providenciar “Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil”, de acordo com o estabelecido na Resolução Nº307, de 05 de julho de 2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA.
- XXVI. A CONTRATADA deverá adotar todas as medidas que se fizerem necessárias para que a consecução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO não decorra qualquer degradação ao meio ambiente;
- XXVII. A CONTRATADA deverá assumir todas as responsabilidades e adotar as medidas cabíveis para a correção dos danos que eventualmente vierem a ser causados, caso ocorra passivo ambiental, em decorrência da execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO;
- XVIII. A CONTRATADA deverá adotar as ações, como boas práticas na prestação de serviços, a serem desempenhadas por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias, e também nas atividades empresariais, nos seguintes termos:
1. Otimização de recursos materiais;
 2. Redução do desperdício de materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;

3. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias, incluindo coleta seletiva.
 4. Observar o cumprimento das normas relativas à gestão de resíduos da construção civil;
- XXIX. A CONTRATADA deverá providenciar, quando for o caso, junto às concessionárias de serviços públicos as ligações provisórias ou definitivas, e quaisquer outras medidas que se tornarem indispensáveis à execução do serviço e de sua entrega em definitivo;
- XXX. A CONTRATADA deverá apresentar guia de recolhimento, devidamente quitada, da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, CREA; ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CAU, dos profissionais responsáveis pela execução dos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO;
- XXXI. A CONTRATADA deverá providenciar relatório onde especifique, dimensione e situe cada serviço, com localização clara dos itens através de croquis e registro fotográfico do local, com fotos da configuração e características das edificações, equipamentos e instalações objeto do presente PROJETO BÁSICO, **antes, durante, e após a execução** (mostrando as transformações ocasionadas) dos serviços contratados, para cadastramento e efetivação das medições;
- XXXII. A CONTRATADA fornecerá e manterá, no local dos serviços, um Livro de Ordem de Obras e Serviços que será preferencialmente eletrônico e estará vinculado à respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme instituído pela Resolução CONFEA nº 1.094/2017. No Livro de Ordem, ou documento equivalente, serão obrigatoriamente registrados, pela CONTRATADA:
1. dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva ART;
 2. as datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço;
 3. as datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
 4. os relatos de visitas do responsável técnico;
 5. o atual estágio de desenvolvimento do empreendimento no dia de cada visita técnica;
 6. orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
 7. acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;
 8. nomes de empresas e prestadores de serviço contratados ou subcontratados, caracterizando seus encargos e as atividades, com as datas de início e conclusão, e números das ARTs respectivas; quando não há restrição no presente PROJETO BÁSICO.
- XXIII. Na execução dos diversos serviços objeto do presente PROJETO BÁSICO, a CONTRATADA deverá observar, rigorosamente, o disposto nas Normas Técnicas reguladoras, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e Norma Brasileira - NBR, específicas para cada natureza e tipo de serviço.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o CONTRATADO, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

1. advertência;
2. multa administrativa;
3. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida, deverá ser considerado para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

A advertência e a multa, previstas em 1 e 2 acima, serão impostas pelo Diretor da área, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista no item 3, acima, serão impostos pelo Diretor Presidente, na forma do art. 236, do Regulamento de Licitações e Contratos da EMOP.

Com referência a valores e forma de aplicação, serão pormenorizados em contrato,

Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e ampla defesa.

22. MATRIZ DE RISCO:

A Matriz de Risco do contrato originado do presente Projeto Básico deverá obedecer ao seguinte critério:

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamento do Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
Operacional	Eventos naturais e outros, não controláveis ou imprevisíveis, que possam comprometer a execução dos serviços.	Aumento de custo e/ou atraso na execução do objeto.	Propor ações para lidar com as consequências desses eventos. Comunicar a EMOP caso existam impactos no prazo e/ou custo.	EMOP E CONTRATADA
Operacional	Comunicação deficiente entre as partes	Atraso na execução do objeto.	Definir reuniões periódicas visando manter comunicação sobre o projeto, incluindo tratamento de dúvidas e resolução de conflitos.	EMOP E CONTRATADA
Operacional	Ambiente de trabalho inseguro, propiciando a ocorrência de acidentes.	Atraso na execução do objeto.	Adotar as medidas de segurança do trabalho previstas em contrato.	EMOP e CONTRATADA
Técnico	Falta ou atraso na mobilização de recursos humanos e/ou materiais por parte da contratada.	Atraso na execução do objeto.	Monitorar o avanço físico da obra. Sinalizar desvios e propor medidas corretivas tempestivamente.	EMOP e CONTRATADA
Tempo e Qualidade	Falta de descentralização de crédito prevista no Termo de cooperação Técnica.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP
Tempo e Qualidade	Atraso ou falta de pagamento das faturas/notas fiscais de responsabilidade da EMOP.	Atraso no cronograma da Obra. Paralisação da Obra.	Emitir termo aditivo de suspensão de contagem de prazo ou, rescisão contratual.	EMOP
Tempo e Qualidade	Acidente de trabalho	Atraso na execução dos serviços	Treinamento da M.O., Utilização de EPI, Organização do canteiro de obras	CONTRATADA

Categoria de Risco	Descrição do Evento Causador do Risco	Consequência na Execução do Objeto	Medidas para Tratamento do Risco	Responsável pelo Tratamento do Risco
Tempo e Qualidade	Fatos retardadores ou que impedem a execução do Contrato próprios de riscos ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço	Planejamento Empresarial.	CONTRATADA

*NOTA: A definição do escopo, das especificações e quantitativos do presente Projeto Básico é de responsabilidade dos profissionais que elaboraram os documentos inseridos no Processo: **Relatórios, memoriais descritivos, projetos e orçamentos.***



Documento assinado eletronicamente por **Kiara Cristina Cosme, Gerente**, em 29/08/2022, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurelio Marques Correa, Engenheiro**, em 29/08/2022, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **38658018** e o código CRC **0019887C**.